

Documento de síntese

Plenária Bioma Mata Atlântica da Cúpula dos Povos

5 de junho de 2025, Registro, Vale do Ribeira (SP)

1. Somos povos do bioma Mata Atlântica e resistimos há séculos no território. Somos agricultoras familiares, urbanas, periurbanas ou rurais, indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhas e povos que habitam cidades instaladas nos territórios da Mata Atlântica devastados pelo colonialismo. Acreditamos que as matas, as florestas, a natureza são vida, espiritualidade e cuidam de nós. Ficamos tristes com a devastação da natureza e conhecemos e sofremos as consequências quando ela não é respeitada. Defendemos a democracia, lutamos contra megaprojetos de barragens e mineração e contra o agronegócio, que pulveriza veneno diariamente sobre nossos rios e comunidades. Somos mulheres, somos povos negros e periféricos, somos juventude e enfrentamos cotidianamente a violação de direitos e territórios e a criminalização das nossas práticas. Ao mesmo tempo, cultivamos a vida em nossas roças, quintais, terreiros e espaços urbanos, fazemos o manejo da mata e garantimos as condições para respirar, para que as plantas floresçam e tenhamos comida para comer.

2. Reunidas e reunidos no Vale do Ribeira, território ancestral onde confluem povos originários e outros povos, analisamos o contexto atual rumo à 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima (COP-30), em Belém (Pará). Denunciamos a captura dos espaços multilaterais como a COP pelas corporações, que tentam sufocar nossas vozes e produzem resultados insuficientes diante do desafio que estamos vivendo, como os mercados de carbonos e outras falsas soluções do capitalismo verde. Denunciamos as tentativas de transformar nossos direitos, conhecimentos e sociobiodiversidade de comunidades tradicionais, caiçaras, indígenas e quilombolas em negócios. Nossos direitos, conhecimentos e sociobiodiversidade não se negociam!

3. Denunciamos o modelo de desenvolvimento econômico que nos invisibiliza, não reconhece nossos modos de vida e promove o racismo ambiental, criando zonas de sacrifício e conflitos fundiários. Denunciamos a apropriação de nossos discursos por representantes do agronegócio, das mineradoras, da especulação imobiliária e das corporações do setor financeiro e energético, que querem ter mais lucro promovendo falsas soluções para a crise ambiental. As soluções para o problema ambiental são políticas, não técnicas!

4. Entendemos a crise ambiental como parte da crise do sistema capitalista que, para tentar se salvar, explora ainda mais a natureza, da mesma maneira que precariza e explora os corpos e o trabalho das mulheres e dos povos e comunidades tradicionais. Não somos

recurso inesgotável! Os tempos de regeneração e de reprodução da vida devem ser respeitados.

5. Lutamos pela economia feminista e para construir um mundo livre do machismo, com mais igualdade, que mude a forma como a economia e o trabalho estão organizados. Somos interdependentes uns dos outros e do meio ambiente. Afirmamos que a vida, o cuidado e a natureza devem estar no centro da outra economia e que esse trabalho não é só das mulheres, mas deve ser compartilhado com os homens e o Estado. Nas alternativas construídas pelas mulheres em seus territórios estão as respostas para a crise!

6. Exigimos o reconhecimento formal das comunidades que estão nos territórios. Queremos construir políticas públicas que nos fortaleçam e não que nos dividam ou enfraqueçam e que sejam construídas a partir da escuta ativa. Queremos saneamento e transição energética que seja justa para as comunidades que mantiveram e seguem mantendo nossas florestas em pé. Queremos educação e saúde nas comunidades. Defendemos a reforma agrária como alternativa popular urgente perante a devastação do agronegócio. Frente à especulação imobiliária, reivindicamos espaços urbanos para morar e produzir alimentos. Exigimos que o Estado reconheça, por meio de políticas públicas, as respostas que temos para a crise, baseadas na diversidade e na cultura alimentar própria de cada território, na reciclagem de materiais, na descentralização e diversificação da produção de energia e no investimento em transporte coletivo nas áreas urbanas e rurais!

7. Afirmamos que é preciso acabar com o capitalismo, que é patriarcal, racista, heteronormativo e colonialista. Precisamos de outro modelo de desenvolvimento da produção, consumo e circulação onde caiba toda a diversidade de povos e formas de existência.

8. Reafirmamos nossa determinação em ocupar todos os espaços para defender nossos territórios, tradições, lutas e de seguir em organização e articulação permanentes. Nossa resiliência e participação ativa se mostram na manutenção de nossas práticas tradicionais e diversas, como a roça de coivara e a agroecologia, nas hortas urbanas e periburbanas e cozinhas comunitárias, na reciclagem e na denúncia e luta contra todas as formas de mercantilização e privatização de nossos bens comuns, serviços públicos, territórios e vida. Reivindicamos nossa participação efetiva em todos os espaços que nos digam respeito. Defendemos nossos territórios e a segurança dos nossos povos. Somos o sujeito lá na base e nos territórios que vive o impacto dos grandes empreendimentos que nos desapropriam e expulsam dos nossos territórios ancestrais no campo, nas florestas, nas águas e nas cidades. Dizemos NÃO ao “PL da Devastação” (PL 2159/2021), que só fortalece o agronegócio e a exploração da natureza, e coloca em risco as gerações atual e futura.

9. Contra a violência e a militarização dos territórios promovida pelo capital, nossa articulação deve ser internacionalista. Manifestamos nossa solidariedade irrestrita ao povo da

Palestina, vítima da ação genocida do estado de Israel. Reivindicamos que o governo brasileiro suspenda os acordos comerciais com Israel e rejeitamos a lógica militarizada que subjuga o povo Palestino ao passo que aumenta a violência contra a população das periferias e os lutadores e lutadoras do campo, das águas e das florestas.

10. Rumo à COP-30, reafirmamos nosso compromisso de construir a Cúpula dos Povos como um movimento e processo político amplo de alianças nacionais e internacionais para debater as alternativas populares que já estamos criando frente à crise ambiental e climática. Em nossos territórios, desenvolvemos as verdadeiras soluções, construímos com as comunidades o manejo comunitário e outros tipos de relação com a natureza que realmente fazem o cuidado e oferecem respostas para a crise. Apontamos a importância da mobilização e do acúmulo coletivos, que aconteçam de forma permanente antes, durante e depois da COP-30. Levaremos esses debates para todos os segmentos sociais de maneira a enfrentar as tentativas de nos fragmentar e para construir uma cúpula de todas as diferentes pluralidades dos povos.

Eles negociam a natureza e nós somos a natureza!

Mudar o sistema para não mudar o clima!

Para nós, o capitalismo não tem eco!

Registro, Vale do Ribeira (SP), 05 de junho de 2025

